

PARA OUTRAS CONEXÕES RURAL-URBANAS A REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA

[Texto em aberto para discussão]

Carlos Walter Porto-Gonçalves¹

A supressão da oposição cidade e campo não é só possível, mas tornou-se uma necessidade direta da própria produção industrial, como se tornou igualmente uma necessidade da produção agrícola e, ainda por cima, da higiene pública. Só com a fusão da cidade com o campo é que se pode eliminar a intoxicação atual do ar, da água e do solo: só ela pode levar as massas que hoje definham nas cidades ao ponto em que seu estrume sirva para produzir plantas em vez de produzir doenças.

Frederick Engels (em Anti-Düring, 1878)

Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro.
O que será necessário para desenvolver a Índia?
Mahatma Ghandi

Todos os meus meios são racionais.
Só meus objetivos é que são loucos.
Moby-Dick, de Melville

A periferia está no centro e o centro está na periferia.
Gog, rapper de Brasília

É preciso descolonizar o estado.
Evo Morales Ayma

Introdução

Vivemos um momento de bifurcação histórica diria Ilya Prigogine (1917-2003), o químico-filósofo Prêmio Nobel em Química de 1977. Não é um momento confortável como Sigmund Freud (1856-1939) já nos havia alertado quando, em 1928, usou a expressão “o mal-estar da civilização” para título de um dos seus mais importantes artigos. Não têm sido poucos os que afirmam que estamos diante de uma crise civilizatória, não de “uma época de mudança, mas de mudança de época”, como chegou a formular o Doutor em economista Rafael Correa, atual presidente da República do

¹ Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Pesquisador do CNPq e do Clasco. Ganhador do Prêmio Casa de las Américas 2008 de Literatura Brasileira. Ex-Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1998-2000). Ganhador do Prêmio Chico Mendes em Ciência e Tecnologia em 2004. É colaborador de diversos movimentos sociais no Brasil entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra. É autor de diversos artigos e livros publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, em que se destacam: *Geografías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*, ed. Siglo XXI, México, 2001; *Amazônia, Amazônia*, ed. Contexto, São Paulo, 2001; *Geografando – nos varadouros do mundo*, edições Ibama, Brasília, 2004; *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006; *El Desafío Ambiental*, Ediciones PNUMA, México, 2006; *La globalización de la naturaleza e la naturaleza de la globalización*. Casa de las Américas, La Habana, Cuba, 2009; *Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina*. Ed. Universidad de Zulia e IVIC, Maracaibo-Caracas - Venezuela, 2009.

Equador. Nos meios acadêmicos se fala de *interdisciplinaridade*, de *multidisciplinaridade* e de *transdisciplinaridade*, os mesmos prefixos *inter/trans/multi* que se usam, e não só nos meios acadêmicos, para falar das relações que conformam o sistema mundo (Wallerstein) cada vez mais *inter*-nacionalizado, *trans*-nacionalizado ou *multi*-nacionalizado² que, de certa forma, indicam a crise do Estado Territorial, forma geográfica de organização do poder do sistema mundo que nos governa desde 1648 (Tratado de Westfallia). Assim, as fronteiras entre as disciplinas científicas já não são tão rígidas, como são porosas as fronteiras geográficas do poder, dos territórios. Enfim, a crise que vivemos é uma crise epistêmica e política, sobretudo crise do modo de produção de conhecimento hegemônico com suas pretensões universalistas, na verdade de um universalismo que se quer único (colonialismo). Já não podemos mais pensar com as formas disjuntivas, dicotômicas, analíticas como até aqui nos acostumamos como, por exemplo, com a disjunção espaço e tempo. Da física quântica às tradições do pensamento aymara, quéchua, maia, hindu, chinês ou guarani há o reconhecimento do princípio da relacionalidade que nega a existência de unidades indivisíveis - o átomo, a molécula, o indivíduo - que, sabemos, são estruturantes do modo de produção científico cartesiano, newtoniano e copernicano. O físico Werner K. Heisenberg (1901-1976), também Prêmio Nobel em 1932, se encarregaria de assestar um duro golpe em mais um dos pilares desse princípio disjuntivo – sujeito e objeto – com seu princípio da incerteza. São enormes as implicações que daí derivam entre as quais se inscreve aquela que ao separar a razão da emoção não foi capaz de ver que há mais razão na emoção e emoção na razão do que admite essa vã filosofia, e que o conhecimento está inscrito na vida (Gregory Bateson e Humberto Maturana e Francisco Varela). Assim, carecemos de conhecimento *com* o mundo e não *sobre* o mundo, como o que se impôs ao mundo todo junto com o colonialismo e que sobreviveu enquanto colonialidade do saber e do poder (Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Walter Dignolo, Catherine Walsh): ainda se quer ser de “primeiro mundo”, expressão do senso comum que denota essa colonialidade inscrita no cotidiano mundano.

No interior dessa tradição epistêmica construída a partir de uma região do mundo, a Europa, a disjunção entre sujeito e objeto, entre razão e emoção, entre cultura (sociedade) e natureza, entre homem e mulher, entre civilizados e não-civilizados, entre rural e urbano, entre trabalho intelectual e trabalho braçal há mais que simples disjunção, mas também hierarquia e, com ela, qualificações/desqualificações, onde é decisivo o lugar de enunciação: quem tem o poder de dizer o que é razão e o que é emoção, quem é civilizado e quem não é civilizado, as qualidades do homem e da mulher, as qualidades do trabalho intelectual e do braçal, ou de afirmar o domínio do homem (da sociedade e da cultura) sobre a natureza, do sujeito sobre o objeto. Mais uma vez estamos diante de questões de ordem epistêmicas e políticas ao mesmo tempo.

A cidade e o urbano como discurso hegemônico

Nuestra lucha es epistêmica e política.
Luis Macas, engenheiro agrônomo quéchua,
Ex-Coordenador da CONAIE

Diante disso, emana a idéia de que não tem mais nenhum sentido pensar o urbano e o rural ou a cidade e o campo como dois mundos distintos, se é que algum dia

² Até mesmo um neologismo foi criado - globalização – querendo indicar que vivemos um só mundo, uma aldeia global (McLuhan), cuja insistente afirmação, mais que revelar novos processos, indica o poder daqueles que se afirmam por meio dele: as grandes corporações *trans*-nacionais, *multi*-nacionais. Com isso, outras escalas de poder - e de viver -, como a local, a regional, a nacional são subsumidas. Registre-se que as escalas não são meras expressões cartográficas, mas níveis imbricados de relações de poder e, assim, não há escala que se faça sem grupos/classes sociais que se afirmem por meio delas.

o foi, conforme veremos. Também aqui, não foi ingênua essa separação com clara hegemonia do urbano e da cidade sobre o rural e o campo, pois a cidade foi/é o *locus* de enunciação desse discurso hegemônico, capaz até mesmo de desqualificar os discursos críticos formulados desde outras perspectivas que não a urbana, como românticos, atrasados, retrógrados sem se dar conta de que essas categorias de romântico (se diz daqueles que se deixam levar pela emoção e não pela razão), atrasados (o que pressupõe a idéia de que alguém detém o relógio com o tempo certo do mundo) e retrógrados (se diz daqueles que não reconhecem que a história caminha prá frente, embora os que assim formulam estejam, quase sempre, baseados numa visão linear do tempo) são auto-validadas, auto-legitimadas, enfim, auto-centradas naqueles que pensam uma razão acima da emoção, o desenvolvido como superior ao atrasado, o progresso como superior ao retrógrado. A colonialidade do saber e do poder (Quijano) está tão consolidada, que toda/o aquela/e que formula um discurso crítico a essa rede epistêmica e política já está de antemão desqualificada/o, enfim, são romântica/os, retrógrada/os e atrasada/os. Insistimos que os efeitos dessa rede teórico-discursiva não foram, como não são, somente discursivos: foram, e são, políticos. Sabemos o que passaram/passam os povos, etnias, grupos e classes sociais que não tiveram/não têm o poder de dizer quem são e como pensam e sentem o mundo, desqualificados seus intelectuais orgânicos ou aquela/es que, simplesmente, com eles simpatizavam.

Essa rede discursiva hierarquizante que valoriza o desenvolvido, o civilizado e o progresso legitimam teórica e politicamente a hierarquia que sobrevaloriza a cidade, o urbano em detrimento do rural e do campo. A cidade aparece como centro e o campo como periferia, assim como o mundo desenvolvido em relação ao subdesenvolvido, o primeiro mundo com relação ao terceiro mundo.

As primeiras cidades realmente modernas criadas como cidades racionalmente planejadas foram fundadas pelos portugueses e, sobretudo pelos espanhóis na América (Abya Yala), que valeu de Angel Rama a denominação de *Cidade das Letras*. E foram cidades de um tipo especial entre aquelas que Henry Lefebvre chamou de cidade política (Lefebvre 1969 e 1999), ou seja, aquela que exerce o domínio sobre o campo a partir de um controle essencialmente político. As cidades criadas na América (Abya Yala) a partir do século XVI foram deliberadamente criadas não só como parte de um império e, mais do que isso, como parte de um sistema mundo moderno-colonial que constitui nossa história de longa duração ainda hoje. A partir dessa rede urbana mundial com sede em Sevilha-Madri ou em Lisboa se organizou a extração sistemática do ouro e da prata na sua materialidade, o que implicava a violência contra os povos e as regiões dessa produção, ou a agromanufatura do sistema conhecido como *plantation* termo que, muitas vezes, esconde que Brasil, Cuba e Haiti não exportavam matéria prima simplesmente, mas açúcar que era um produto manufaturado, sob a chibata, nos engenhos. O açúcar era a *commodity* por excelência e a Europa à época não conhecia tecnologia mais aperfeiçoada do que os engenhos. Junto com essas técnicas modernas estabeleceu-se a escravidão com fins mercantis e o racismo como sistema de poder. Até hoje nossa estrutura de classes está atravessada pela questão racial, como Aníbal Quijano e Florestan Fernandes destacam.

Essas cidades modernas (e coloniais) foram racionalmente planejadas para a dominação, para o controle do território, onde *la Plaza* racionalmente planejada promoveu a desterritorialização com os primeiros *desplazados* do mundo moderno (e colonial). Assim, a *Plaza* era a sede da violência da conquista, sede do Poder, do Poder sedento de conquista bem entendido, e não do poder como construção que emana do encontro livre

dos homens e mulheres socialmente. Não à toa “o termo urbano foi resgatado apenas no século XVI em português³ para se referir à cidade-império, e particularmente no século XVII à cidade-sede do Império britânico em construção⁴, sendo que mesmo a palavra *city* (vinda do francês *cité* e do latim *civitas*) se impôs na língua inglesa a partir do centro financeiro de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo” (Monte-Mór, 2006: 11). Enfim, todo o léxico implicado na família de conceitos urbano, cidade, *city*, *cité* e *civitas*, para nos restringirmos aos termos explicitamente citados, foram forjados desde um lugar hegemônico, marcado pela dominação, enquanto “cidade-império”, como os portugueses re-significaram a cidade no século XVI, como “cidade-sede do Império britânico”, que enquanto *city* se impôs “a partir do *centro* financeiro de Londres” (o grifo é meu – CWPG) que, por sua vez, era o *centro* do Império britânico se impondo ao mundo “generalizando-se no período vitoriano”. Enfim, o lugar de enunciação não poderia ser mais claro: a cidade impera⁵.

“Até recentemente, o reconhecimento de uma civilização implicava a existência de *civis*, da cidade, e, assim, os povos nativos brasileiros e norte-americanos, considerados seminômades e que não construíram cidades duradouras, eram considerados não-civilizados, em oposição às civilizações Maias, Astecas e Incas, que produziram cidades cujas ruínas perduraram. E, continua Monte-Mór, abordagens etno-históricas, antropológicas e arqueológicas recentes questionam, entretanto, a pertinência dessas classificações, enquanto a geografia contemporânea discute o próprio sentido da cidade como posterior à chamada Revolução Agrícola” (Monte-Mór, 11). Aqui é importante atentarmos para os detalhes do argumento para não reafirmarmos paradigmas que são parte do problema com que hoje nos defrontamos. Ratifiquemos que as abordagens recentes questionam a pertinência dessa classificação entre civilizado e não-civilizado, sobretudo nos chamando a atenção para a armadilha epistêmica implícita na idéia de que o superior, o civilizado, estaria naquilo que é duradouro, as cidades “das civilizações Maias, Astecas e Incas”, em oposição ao semi-nomadismo dos “povos nativos brasileiros e norte-americanos que não construíram cidades duradouras”. Afinal, as abordagens etno-históricas, antropológicas e arqueológicas não só questionam a distinção entre civilizado e não-civilizado, mas também o caráter do duradouro que, na verdade, chancela o discurso e as práticas hegemônicas com sua vontade de poder expressa numa arquitetura que se quer imortal, duradoura, deixando sua marca para a eternidade. E sabemos que não só duradoura no tempo, mas que para durar no tempo se quer sempre visível no espaço, seja através das torres das igrejas, dos mosteiros e mesquitas, seja nos templos modernos dos *World Trade Centers*, como tão bem nos havia antecipado Lewis Mumford em seu livro *A Cidade na História*.

É preciso, assim, escapar de uma visão que não só dicotomiza como lineariza o rural e o urbano, como parece fazer Monte-Mór invocando a ajuda de geógrafos contemporâneos (Ericson, 2001; Fausto, 2000; Roosevelt, 1994 e Soja, 2000), quando nos diz que “a geografia contemporânea discute o próprio sentido da cidade como posterior à chamada Revolução Agrícola”, tese que o autor parece abraçar quando nos diz que “a hipótese, muito heterodoxa e sistematicamente rejeitada, da precedência da cidade sobre o campo, foi inicialmente apresentada por Jane Jacobs (1969) com base em descobertas arqueológicas da cidade de Çatal Huyuk (na Anatólia, Turquia, CWPG). Hoje, continua

³ Segundo Houaiss, Villar e Franco (2001) apud Monte-Mór (2006).

⁴ Segundo o Webster's Lexicon (1987) apud Monte-Mór (2006).

⁵ Não olvidemos que a palavra *city* surge ainda na Idade Média, em pleno século XIII, segundo Raymond Williams (1973 e 1983) “de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais e bíblicas (em lugar de *borough* ou *town*) e qualificando representações de poder: cidade provincial, cidade-catedral etc.” (Monte-Mór, 11).

Monte-Mór, a discussão desta precedência vem ganhando peso com novas pesquisas arqueológicas envolvendo, entre outras, a lendária Jericó (na Palestina, CWPG). Ver Soja (Soja, 2000)” (Monte-Mór, 11). A questão que nos parece importante recuperar aqui não é a da precedência ou não da cidade em relação ao campo, mas a de salientar que essa questão que só tem sentido nos marcos de uma visão evolucionista. É interessante ressaltar que o mesmo autor nos auxilia com uma informação que nos permite outra leitura, que me parece mais completa e atual, para compreender a complexidade que envolve as múltiplas relações historicamente produzidas do rural-urbano, já que nos sugere uma visão não evolucionista e não dicotômica. É Monte-Mór quem nos diz que “também se origina no latim o sentido de *urbano*, com dupla conotação: de *urbanum* (arado) vem o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos; da sua simplificação semântica originaram-se *urbe* e *urbs*, este último termo referindo a Roma, cidade-império e, assim, desaparecido até as grandes cidades da era moderna” (Op. Cit. : 11). Já analisamos acima esse sentido de cidade-poder e que não foram bem com as grandes cidades da era moderna que a família de conceitos que vai da cidade ao urbano reapareceu (a cidade moderno-colonial ibérica, a Cidade das Letras e o termo urbano em língua portuguesa recuperado no século XVI que o digam). O que queremos trazer aqui à baila pela abertura analítica que se vislumbra é o fato de urbano se originar no arado (*urbanum*), o que nos indica que os dois termos têm uma relação que está na origem da relação da sociedade com a natureza através da organização do espaço: é o sulco do arado dos bois sagrados que grafam a terra, que geografam, o que resgata o sentido de cultura como originário de culto, cultivo, e não como algo que se dá fora da relação com a natureza. Assim, desde sempre, a cultura não está na cidade e a natureza no campo, como as visões linearizantes e dicotomizantes nos impuseram e que tantos males nos trazem. Mesmo que devamos reconhecer as enormes implicações teóricas e práticas dos assentamentos humanos⁶ por serem concentrados espacialmente ou não, o rural e o urbano são mais relacionais do que até aqui vimos admitindo.

Assim, mais do que de rural e de urbano é da relação da sociedade com a natureza que devemos tratar, enfim, dos assentamentos humanos compreendidos a partir das relações sociais e de poder geograficamente constituídas em sua historicidade. Como vimos a cidade ou o urbano não precedeu ao campo ou ao rural posto que o *urbanum*, ou seja, o povoado marcado pela grafia dos arados reunia os homens e mulheres constituindo-os territorialmente no povoado enquanto *locus* de construção de sentido comum (proxemia), como lugar de encontro, enquanto comun+idade. Afinal, os homens e mulheres não existem enquanto indivíduos ou, se assim se fazem, é através das relações sociais e de poder que conformam e que os conforma⁷. Nesse processo, o espaço

⁶ Para uma série de atividades, como a agricultura, pecuária e extrativismos vegetal (coleta) e animal (caça e pesca) a extensão territorial é uma condição de produção e convencionou-se chamar de rurais as áreas onde essas atividades se desenvolvem, muito embora o rural não se restrinja a isso. Entre as chamadas atividades que se desenvolvem nas áreas urbanas, a extensão territorial não se coloca como uma condição de produção. Há, aqui, um equívoco de trágicas conseqüências, como demonstraremos a seguir, e quem, antecipo, torna inconcebível qualquer cidade como sustentável, haja vista ela não ser capaz de constituir um sistema próprio de matéria e energia.

⁷ Carlos Lekensdorf nos fala dos maias que, em língua tojolabal, dizem: “um de nós cometemos um crime” e aqui onde poderíamos ver um erro de concordância há outra forma de concordarem, onde o crime cometido por um de *nosotros* numa outra comunidade é um de *nosotros* cometendo um crime. Assim, reconhecem a individualidade enquanto construção comunitária. Lekensdorf chama a isso processo de *nosotrificação* para caracterizar o modo como todo o processo de constituição desse grupo maia se dá enquanto processo em que o comum constitui cada qual. (Consultar Lekensdorf, Carlos, 2006. *Filosofar em clave tojolabal*, Ed. UNAM, México, D.F.).

geográfico é condição da existência: habitat-habitante-*habitus*⁸ se condicionam reciprocamente.

Assim, mais do que dizer que, hoje, há uma imbricação e uma indistinção entre o rural e o urbano, mais válido seria dizer que essa indissociabilidade sempre existiu, muito embora a relação dos homens e mulheres entre si através dos assentamentos humanos tenha sido extremamente variada no tempo e no espaço, não autorizando nenhuma tentativa de encontrar uma única história da relação cidade-campo, uma única história da relação do rural e do urbano. Afinal, o que há de comum entre Tenochtitlan, Roma, Cuzco, Uru, Paris ou Dar-es-Salam? Ou o que há em comum até mesmo entre a Roma Antiga e a Roma atual ou entre a Tenochtitlan dos astecas e a cidade do México atual, a não ser o fato de estarem no mesmo sítio geográfico, ainda que o sítio geográfico já não seja o mesmo?

Enfim, o que nos impediu de ver esse caráter indissociável entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano foram muito mais as teorias que forjamos que, assim, mais do que para compreender, serviram para justificar a dominação de um pelo outro. Quem de nós não foi habituado a ouvir que ser civilizado, desenvolvido ou progredir era passar do rural ao urbano? Desconstruir a trama epistêmica e política rural-urbana (ou urbano-rural) torna-se, assim, da maior importância para que comecemos a abrir outros caminhos para pensarmos a tríade habitat-habitante-*habitus*, enfim a relação com nosso espaço mundano, espaço de nossos mundos de vida.

Assim, a questão que se apresenta diante de nós, hoje, já não é simplesmente de romper com os paradigmas herdados e buscarmos simplesmente outras teorias que nos ajudem a superar os paradigmas hegemônicos que separam sujeito de objeto e razão de emoção, mas superar os efeitos perversos desse modo de produção de conhecimento *sobre* o mundo e não produção de conhecimento *com* o mundo. Explicitemos, pelas implicações teórico-políticas, que não podemos reproduzir a tradição platônica de buscarmos uma nova idéia (Teo+ria) para, depois, a levarmos ao mundo da imperfeição (mundano), uma teoria antes do mundo. Afinal, os paradigmas não caem dos céus, ao contrário, são instituídos no terreno movediço da história através de processos instituintes que são protagonizados (instituídos) por homens e mulheres de carne e osso, como costumava dizer o historiador marxista inglês E. Thompson. Assim, a crise de paradigmas é, ao mesmo tempo, a crise da sociedade, isto é, dos processos e sujeitos que a instituíram (Castoriadis, 1982) e a sua superação implica que identifiquemos quais sujeitos e processos instituintes estão em curso e que poderiam proporcionar novas relações entre os homens e mulheres entre si e com a natureza através de outras formas de assentamento, de organização do espaço. Os movimentos sociais são a melhor pista para isso.

Quando dizemos que hoje não nos defrontamos com uma questão somente de caráter teórico diante da crise da racionalidade hegemônica, o fazemos por identificarmos nela, em companhia do doublé de químico e epistemólogo Enrique Leff, os efeitos práticos e graves, sobretudo do efeito estufa (aquecimento global) que nada mais é que o efeito do êxito do sistema epistêmico-político que emana do Iluminismo e da Revolução Industrial com a sua tão decantada máquina a vapor. James Watt (1736-1819) figura

⁸ *Habitus* é, segundo P. Bourdieu, “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas ...” (Bourdieu, 1983: 165). In: *Sociologia*. Ortiz, Renato (organizador), São Paulo, Ed. Ática. 1983. Ver também P. Descolla e seu “esquemas de práticas” (Descolla, Ph. (2003), *Antropología de la Naturaleza*, Lima: Institut Français d’Études Andines (IFEA)/ Lluvia editores), E. Thompson e seu conceito de experiência e Cornelius Castoriadis com seu conceito de “instituição imaginária”.

num lugar de destaque por ter reunido na sua máquina a vapor um conjunto de procedimentos que estavam desligados. Todos nós sabemos das implicações da Revolução Industrial no devir das cidades e na reconfiguração do urbano. No imaginário iluminista a máquina a vapor⁹ seria a afirmação de uma definitiva afirmação do homem em sua saga de dominação da natureza. Acreditava-se que a partir dali a cidade, ao se inscrever no circuito metabólico da produção, não mais simplesmente extraíndo mais-produto do campo (e dos camponeses, dos outros povos e etnias pouco se diz), estaria emancipada da natureza. A partir da Revolução Industrial, acreditava-se, a cidade ganhava autonomia e tudo giraria, desde então, a partir dela enquanto centro¹⁰. A isso se chamou de conquista do urbano, onde se via o urbano por todo lado enquanto “urbanização extensiva” (Monte-Mór, 1994). Enfim, o que temos é o urbano rigorosamente colonizando mentes e territórios, e já vimos como os dois sempre andam juntos.

A universalização do uso da máquina - parecia não haver ramo do agir humano onde ela não podia ser aplicada - fez crer que se tratava de uma técnica universal. O uso da máquina a vapor no transporte, primeiro com as ferrovias e, depois, com a navegação marítima transoceânica, proporcionou as condições materiais, logísticas, para (des)envolver todo e qualquer lugar. Enfim, estavam criadas as condições para romper o envolvimento de cada lugar, de cada povo, de cada comunidade. A isso se chamou desenvolvimento¹¹, sobretudo depois de 1949 (Escobar, 1996).

Na verdade, como se fosse paradoxalmente uma cortina de fumaça, se viu mais a máquina do que o vapor, olvidando-se que não saíamos da natureza, ou que não a dominávamos como o antropocentrismo iluminista, nas suas mais diversas versões, da liberal à marxista, acreditou. Vimos muito mais os produtos, os proveitos que com o uso do carvão e do petróleo na máquina se podia obter, do que os efeitos derivados das leis da termodinâmica, entre os quais a energia que se dissipa sob a forma de calor e o lixo (o princípio da entropia)¹².

⁹ A máquina a vapor era a expressão da indústria, não no sentido físico, substantivo, com que nos habituamos a ouvir: a fábrica. A máquina a vapor era a realização da indústria humana, do engenho humano, no mesmo sentido, hoje pouco usual, de que os homens são engenhosos, são industriais, enfim, expressão da criatividade e do talento humanos.

¹⁰ A paradigma newtoniano afirma e se afirma com essa leitura.

¹¹ Arturo Escobar (Escobar, 1996) nos mostra que a palavra desenvolvimento era de uso restrito até finais dos anos 1940. Antes, justificava-se a presença européia na África falando-se abertamente de colonização que, como nos ensinou Enrique Dussel, era uma decorrência natural de quem se achava superior e, assim, se via obrigado a elevar os outros ao seu patamar (nova evangelização?). Com as lutas dos povos, sobretudo africanos e asiáticos no pós-guerra para se descolonizar, a colonização perde destaque sendo substituído pela idéia (colonial?) de desenvolvimento. Afinal o prefixo *sub* passa cada vez mais a ser aplicado à maior parte dos países não-europeus norte-ocidentais (e aos Estados Unidos a realização mais diletta desse eurocentrismo) era praticamente sinônimo de sub-europeus e sub-estadunidenses, a ver: eram países onde a maior parte da população era rural; era baixa a escolarização; onde predominava as atividades primárias; a industrialização era incipiente; era pequena a proporção de população urbana, entre outras características (Yves Lacoste resumiu bem tudo isso em seu livro *Os Países Subdesenvolvidos*). A partir daí missões do Banco Mundial se encarregaram de fazer o diagnóstico do subdesenvolvimento consagrando com dados essa visão (colonial?). Não é de pequena relevância o fato de se chamar de missões a essas ações do Banco Mundial e não se chamar de missionários a esses novos agentes. Afinal, e mais uma vez, trata-se de salvar o outro na exata medida que o outro deixa de ser outro para ser medido por parâmetros que lhes são externos (nova catequização?).

¹² Ingenuamente credita-se ao engenho criativo da técnica, a enorme capacidade produtiva que com ela é alcançado, e assim, olvida-se a dimensão material implicada. É que energia é, segundo os físicos, capacidade de realizar trabalho, assim como trabalho é a transformação da matéria. Um certo antropocentrismo viu mais a técnica e o trabalhador e olvidou que a energia contida na molécula de carbono (no carvão e no petróleo), embora descoberta pelo cientista não é feita pelos homens, mas sim

O efeito estufa, embora não seja produzido exclusivamente pela emissão de CO² derivado das fábricas, tem, sem dúvida, no processo de industrialização seu principal *leitmotif* (transportes em geral e especificamente o uso generalizado do automóvel; a industrialização da agricultura e o uso generalizado de combustíveis fósseis e de fertilizantes entre tantos outros).

Todo o conhecimento teórico-prático com o mais profundo desenvolvimento tecnológico jamais experimentado na história humana olvidou a inscrição do homem na natureza, posto que fundado no princípio da dominação. Como é inerente a toda relação marcada pela dominação, aquele que domina impõe ao outro a sua vontade e, assim, retira-se do outro o que interessa olvidando do outro a sua condição de outro (outridade). É o que ocorre nas relações de dominação entre os homens entre si e com a natureza, através dos grupos, classes sociais, povos e etnias, assim como entre os homens e as mulheres enquanto gênero. O olvido da relação com a natureza tem, hoje, um nome concreto: aquecimento global que, assim, não é fruto das falhas do sistema, mas de seu êxito. Por isso, a necessidade de outra episteme para outra política, de outra política para outra episteme. Estamos diante da necessidade de um pensamento dialético-complexo, de uma dialética da complexidade como sugere Pablo Gonzalez Casanova (Casanova, 2006) para buscarmos outras formas de nos geografarmos, de reinventarmos nossos assentamentos.

Alguns Dilemas e desafios dos Assentamentos Humanos, Hoje

Não deixa de ser surpreendente que, ainda no ano 2000, mais da metade da população do planeta (53%) vivesse, segundo a ONU, em áreas rurais. Na verdade, essa surpresa se deve não só à exaltação da “urbanização como modelo de civilidade, denegrindo os estilos de vida rural como formas pré-modernas e inferiores de existência” (Leff, 2001: 288), como ao eurocentrismo que a acompanha. Afinal, se olhássemos o mundo a partir de outros continentes, a Ásia ou a África, por exemplo, não nos surpreenderíamos com esses números. Assim, mais do que o fato de a humanidade ser urbana vivemos o espectro de que devemos todos ser urbanos! A urbanização é vista como um destino nos múltiplos sentidos que a palavra comporta e, assim, as políticas devem estar voltadas para superar o rural, essa forma “pré-moderna e inferior de existência”, que deve ser superada pela industrialização e, conseqüentemente, pela urbanização. E assim tem sido. A mesma ONU nos informaria que em 2008 os seus números indicavam, pela primeira vez, que a população urbana se nivelava à população rural. Daí em diante, e se nada for feito para modificar essa tendência, a concentração da população mundial tende a ser cada vez mais em assentamentos concentrados.

Desde os anos 1960, sobretudo na América Latina, que uma terceira grande onda expropriatória de camponeses e outros povos e etnias foi posta em curso dando ensejo ao que David Harvey viria chamar de processo de “acumulação por espoliação” (Harvey, [2004], 2006). As duas grandes ondas expropriatórias anteriores foram, como sabemos, aquela promovida com a conquista/invasão colonial da América e, em

pela natureza. Marx, recuperando os fisiocratas que conhecia bem, criticou seus companheiros de partido fazendo uma nova crítica ao Programa de Gotha dizendo que não era só o trabalho que produzia a riqueza e que se o trabalho era o pai, a natureza era a mãe. Infelizmente essa aguda compreensão teve pouca conseqüência na tradição teórico-política por ele inaugurada. O fato de hoje os Estados Unidos da América terem aproximadamente 800 bases militares em todo o mundo é a expressão dessa dependência material para o processo de acumulação do capital, que o seu amplo desenvolvimento científico e tecnológico não é capaz de produzir. O papel de ponta da indústria bélica no desenvolvimento científico e tecnológico é outra expressão da violência necessária para dominar a natureza, inclusive os povos assimilados à natureza (selvagens, isto é, da selva) e que devem ser (des) envolvidos (Ver Porto-Gonçalves, 1989).

particular da África, onde uma verdadeira *razia* populacional foi cometida através do tráfico de escravos, onde os ingleses fizeram uma importante fonte de acumulação originária de capital. Uma segunda onda expropriatória pode ser vista contra os camponeses europeus com a desterritorialização promovida através dos *enclousures*, com o cercamento dos campos, sobretudo das suas áreas comuns para instaurar o primado da propriedade privada de cunho capitalista¹³.

A geografia do fenômeno urbano no mundo vem tomando uma nova configuração nos últimos anos. Apesar da franca hegemonia da ideologia urbano-industrializante não é nos países industrializados que se encontra a maior parte da população urbana mundial. Hoje, de cada dez habitantes em cidades no mundo, sete estão na Ásia, na África ou na América Latina e Caribe e somente três na Europa, EUA e Japão. A ideologia do urbano como “modelo de civilidade” não corresponde à realidade cotidiana onde está 70% da população urbana do planeta. Dos quase três bilhões de urbanos (2.923 bilhões) cerca de 924 milhões estão em favelas, sendo que dessa população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e Oceania, segundo a ONU. Ou seja, a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos (Canadá, EUA, Japão e Europa). Ou ainda, que 50% de toda a população urbana mundial vive em condições precárias, segundo Samir Amim, sendo que isso corresponde a 64% da população urbana total dos países da periferia do sistema mundo e 27,3% da população urbana dos países do centro geopolítico e econômico do mundo!

CLASSES SOCIAIS DA POPULAÇÃO URBANA MUNDIAL (milhões de habitantes)

	CENTRO	PERIFERIA	MUNDO
Classes Médias e Ricas	330	390	720
Classes Populares			
Estabilizados	390	330	720
Precários	270	1.290	1.560
Total Classes Populares	660	1.620	2.280
Total Geral	990	2.010.000	3.000.000

Fonte: Samir Amim

Podemos afirmar que estamos assistindo mais a um processo de des-ruralização do que a um processo de urbanização, isto é, estamos diante muito mais de um desfazer do rural do que da conformação do urbano, pelo menos nessas regiões onde hoje vivem a maior parte dos urbanos, segundo a ONU. Afinal, a maior parte dessas populações vive sem os serviços urbanos mais básicos, como saneamento, habitação, saúde, educação e transporte.

Na verdade, a extensão territorial dessas aglomerações *suburbanas*, aqui sinônimo de sub-humanas, ensejou uma expressão — periferia¹⁴ — que indica que estamos diante de um fenômeno de outro tipo, aquém do urbano e aquém do rural. As populações dessas periferias, além da enorme vulnerabilidade ao risco de causa imediata natural — chuvas,

¹³ Esclareça-se que a propriedade camponesa, também na Europa, comportava essa combinação de propriedade individual (familiar) e propriedade comum, aliás a combinação mais comum em todo o mundo.

¹⁴ Aqui é importante prestar atenção aos artistas populares que surgem dessas periferias, em particular os *rappers*, sobretudo os *rappers* da periferia (dos países) da periferia, esse outro sujeito de enunciação que emana desse outro lugar de formulação de discurso, fundamental se queremos produzir um conhecimento que emane do mundo, ainda que imundo.

enchentes, furacões, abalos sísmicos — vivem um ambiente de insegurança generalizado, onde a principal *causa mortis* entre jovens é o assassinato¹⁵.

Assim, nem mesmo a idéia do urbano enquanto artificialização da natureza se pode alegar para esses aglomerados das periferias, na medida em que, até nesse sentido, a população sente da maneira mais dramática a vulnerabilidade a doenças, a enchentes e a desmoronamentos de encostas a que estão quotidianamente submetidos. A natureza se faz presente muito mais como morte do que como vida nessas configurações urbanas-e-suas-periferias.

Se ainda hoje “a cidade conserva o prestígio que lhe fora atribuído pela Grécia Antiga, como lugar onde se forja a democracia e a civilidade dos humanos”, (Leff, 2001: 288), em nenhum sentido é a urbanidade e a civilidade que encontramos nas cidades-periferias do Rio de Janeiro, Cidade do México, Caracas, Bogotá, Bombaim, Lagos, Joannesburgo e onde vivem os mais pobres em Nova York, Paris e Tóquio. A violência é a mais aberta demonstração do quanto estamos longe de ter a mais elementar regra de civilidade de um regime democrático, isto é, o convencimento pela palavra, pela argumentação e não pela força ou pela bala. O crescimento da população vivendo em cidades no mundo não tem sido acompanhado pela cidadania.

A periferia se coloca, assim, como um fenômeno que está aquém do que seja rural e do que seja urbano, não sendo uma coisa nem outra. É outra configuração territorial característica de um processo de globalização do capital implicando várias escalas, processo sentido no quotidiano dramático de parcelas cada vez maiores da população mundial. Enquanto desafio ambiental, esse fenômeno nos obriga a considerar, mais uma vez, a materialidade dos processos sociais e de poder a partir de sua inscrição territorial, geográfica.

A Europa conseguiu dispersar pelo mundo sua população quando esta passava a se aglomerar nos bairros operários ao longo do século XIX, e a indústria e a urbanização já não conseguiam garantir o emprego daquela gente. Cecil Rhodes, milionário inglês, assim se expressava em 1895:

“Ontem estive no East End londrino e assisti a uma assembléia dos sem-trabalho. Ao ouvir na referida reunião discursos exaltados cuja nota dominante era: Pão! Pão!, e ao refletir, de volta para casa, sobre o que ouvira, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo... Estou intimamente convencido de que minha idéia representa a solução do problema social: para salvar da guerra funesta os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido, nós, os políticos coloniais, devemos dominar novos territórios para neles colocar o excesso de população, para encontrar novos mercados onde colocar os produtos de nossas fábricas e de nossas minas. O império, tenho-o sempre dito, é uma questão de estômago. Se não querem a guerra civil, devem converter-se em imperialistas” (publicado no *Die Neue Zeit*, XVI, I, 1898: 304 apud Lenin, 1947: 102).

A história mostrou que não se tratava de retórica ou de bravata de um político.

Nos EUA, a população migrante, muitos vindos da Europa, pode se dispersar pela planície do meio-oeste com terras abertas para serem cultivadas, ainda que ao preço do massacre dos indígenas e com a exclusão dos negros da corrida para o oeste porque escravizados naquele período. Terras abertas para brancos contra indígenas e sem negros.

Tudo isso proporcionou aos habitantes das cidades européias e estadunidenses uma qualidade de vida que contemplava muitas das reivindicações organizadas pelos

¹⁵ . Segundo o então Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o antropólogo Luiz Eduardo Soares há, no Brasil, um *déficit* de população entre 16 e 24 anos, tal como nos países que passaram por guerras.

sindicatos e partidos políticos de base operária, para além, inclusive, de “Pão! Pão!”, como educação, saúde e habitação. A diminuição da jornada de trabalho para 8 horas, ela que chegara a ser entre 15 e 16 horas diárias, contribuiu para a diminuição da morbidez e da mortalidade. Um só exemplo: as mortes por tuberculose despencaram na Europa desde 1890, mesmo antes de ter sido aberto o primeiro sanatório¹⁶, em 1905. Não olvidemos, pois, o contexto político de emergência de um movimento operário fortíssimo onde grassa formulações teóricas e doutrinárias como o socialismo, o comunismo, a social-democracia e o anarquismo, onde o capitalismo era objeto de diferentes críticas. A dispersão geográfica dos migrantes europeus aliviou em grande parte a tensão das lutas entre as classes naquele continente, como recomendara Cecil Rhodes. Como se vê, o imperialismo aprofunda o caráter moderno-colonial do sistema-mundo. Assim entre nós nesse outro lado do mundo, o espetáculo de conjuntos habitacionais em completa desagregação nas periferias urbanas, quando não de favelas *stricto sensu*, é o retrato de um hábitat que não incorporou efetivamente o habitante como cidadão.

Talvez um dos maiores desafios que se apresentam diante de nós é o de reconhecer (e superar) esse caráter racista que atravessa todo o processo de globalização desde os seus primórdios, em 1492, e que hoje se manifesta de modo agudo no quotidiano de populações que convivem mais proximamente, não só porque vivem lado a lado nas cidades-e-suas-periferias imediatas como, também, pela maior mobilidade das pessoas (migrações) e pelos meios de comunicação.

O espaço geográfico onde vivemos nosso dia-a-dia abriga essa história por meio do seu hábitat e de seus habitantes, com as particularidades derivadas das lutas sociais, dos avanços e recuos nos processos de democratização que se desenvolve de modo desigual pelo planeta. Na América Latina, por exemplo, a intensa *desruralização* e *urbano-periferização* dos últimos 30-40 anos se fez, na maior parte dos países, sob regimes ditatoriais e, assim, longe de assimilar os movimentos sociais como legítimos protagonistas da invenção de práticas democráticas, criminalizava-os e marginalizava-os, mesmo quando contemplava suas reivindicações materialmente (saneamento, habitação, aumento de matrículas em escolas etc.). Todavia, desde o Caracazzo, em 1989, quase duas dezenas de governos caiu na nossa região pela mobilização social contra as políticas neoliberalizantes, deslegitimando essas políticas que, sobretudo a partir de 1998 abriu espaço para que chegassem ao governo outras formações políticas que de modo mais ou menos explícito questionavam essa agenda (de Hugo Chávez Frias, a Rafael Correa, a Tabaré Vasquez, a Evo Morales, a Fernando Lugo, a Luis Inácio Lula da Silva, a Daniel Ortega, aos Kirchner).

Nesse último período de globalização neoliberal observamos ainda a emergência de um significativo movimento de jovens pobres das periferias urbanas, sob uma forte influência cultural de afrodescendentes, que nos mostra como a resistência a esse estado de coisas viceja. A política ganha outra linguagem nesses mesmos ambientes por meio

¹⁶ Pouca importância tem sido atribuída às conquistas sociais efetuadas pelo movimento operário, ainda que sob o capitalismo. Por exemplo, a queda da taxa da mortalidade tem sido mais atribuída aos avanços da medicina do que ao movimento operário. O exemplo acima é emblemático. Algumas conquistas do movimento operário foram fundamentais para a forma urbana das cidades europeias, entre as quais destaco: a redução da jornada de trabalho que permitiu às famílias mais tempo para cuidar de seus filhos; a conquista da redução, e até mesmo a proibição do trabalho de crianças; a conquista dos direitos das mulheres de jornada de trabalho diferenciada e da licença maternidade. O primeiro eletrodoméstico de consumo de massa foi a máquina de costura (quem não se lembra da máquina Singer?) com a mulheres passando a costurar as roupas da família, em parte pela diminuição da contratação de mulheres pelo capital. Cabe a dúvida: foram as conquistas operárias com direitos diferenciados para as mulheres que diminuiu o interesse dos capitalistas na contratação da mão de obra feminina?

desses protagonistas que reinventam a política por meio da arte, como o movimento *hip hop* que, com seus grafites, marca o território urbano com suas assinaturas; com suas danças — o *break* — ocupa os *centros* urbanos; com suas poesias — o *rap* — fazem crítica social do cotidiano que vivem. A periferia é, aqui, ressignificada.

Essa verdadeira revolução na geografia social nos últimos anos, que forjou esse fenômeno de grande amplitude que é a periferia, se deu, ao mesmo tempo, sob o signo das políticas de caráter neoliberal onde responsabilidade social do Estado diminuiu significativamente (Tavares, 2003, e Porto-Gonçalves, R. 2003).

Quando consideramos todos esses processos à luz da sua geograficidade, isto é, de sua inscrição na materialidade do espaço geográfico do nosso dia-a-dia, o drama vivido por essas populações das periferias ganha concretude com a multiplicação de *catástrofes naturais* derivadas da extrema vulnerabilidade a riscos a que estão submetidas. Consideremos que a maior parte das cidades da América Central e Andina está situada em áreas de encontro de placas geológicas e, portanto, em áreas suscetíveis a abalos sísmicos; que na América Central e Caribe a ocorrência de tufões e furacões é constante (alguns cientistas acusam estar havendo um aumento dessa incidência em virtude das mudanças climáticas globais); que os sítios de muitas dessas cidades são em áreas de topografia acidentada com vales encaixados e encostas acentuadas, o que faz com que estejam sujeitas a desmoronamentos de encostas e a enchentes com frequência agravadas, ainda mais, quando consideramos o clima tropical que abrange a maior parte da nossa região.

É importante sublinhar que não é só o fenômeno urbano que ganha novas feições nos dias que correm, mas é todo o espaço que é ressignificado por novas relações e lutas sociais. O fenômeno da periferia provocado pela intensa migração do campo para a cidade mostra todo o limite da urbanização.

Até mesmo movimentos sociais de base rural, como o caso do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, buscam organizar populações desempregadas nas periferias urbanas para fazer acampamentos e assentamentos em luta por reforma agrária. Há, assim, uma imbricação da questão urbana com a questão agrária. A industrialização da agricultura coloca a saúde pública em todo lugar em questão: gripe aviária, gripe suína ou vaca louca, enfim, os nomes de animais – frango, porco e vaca – que, cada vez mais, se vêem envolvidos em cadeias tróficas artificializadas nos lembram que permanecemos inscritos nos circuitos metabólicos da natureza mesmo quando urbano-industrializados. Não esqueçamos que na produção de alimentos sempre esteve implicada uma produção de conhecimentos (agricultura é cultura do campo, repetimos). Assim, o que vimos assistindo, hoje, é ao deslocamento do *locus* de produção de conhecimento dos campos (e dos camponeses e dos demais povos e etnias) para os laboratórios das grandes corporações e, por isso, mais que organismos geneticamente modificados, o que temos são alimentos laboratorialmente modificados (Ver Porto-Gonçalves, 2007). Assim, há uma profunda relação entre a produção agrícola com suas sementes industrializadas e serializadas em monocultivos e o *fast food* das cadeias de alimentos industrializados. Dito de outro modo, o metabolismo da relação sociedade-natureza está sendo alterado pelos campos homogêneos poluídos com os agroquímicos, o mesmo que para homogeneizar promove erosão dos solos e genética (perda de biodiversidade) e nos serve a comida que ingerimos nas dependências dos *shoppings*, supermercados e lojas de *fast food*.

Assim, a relação cidade-campo é, hoje, de outro tipo, como estamos vendo. Os conceitos de rural e de urbano não são os mesmos com que estávamos habituados a falar até alguns poucos anos atrás.

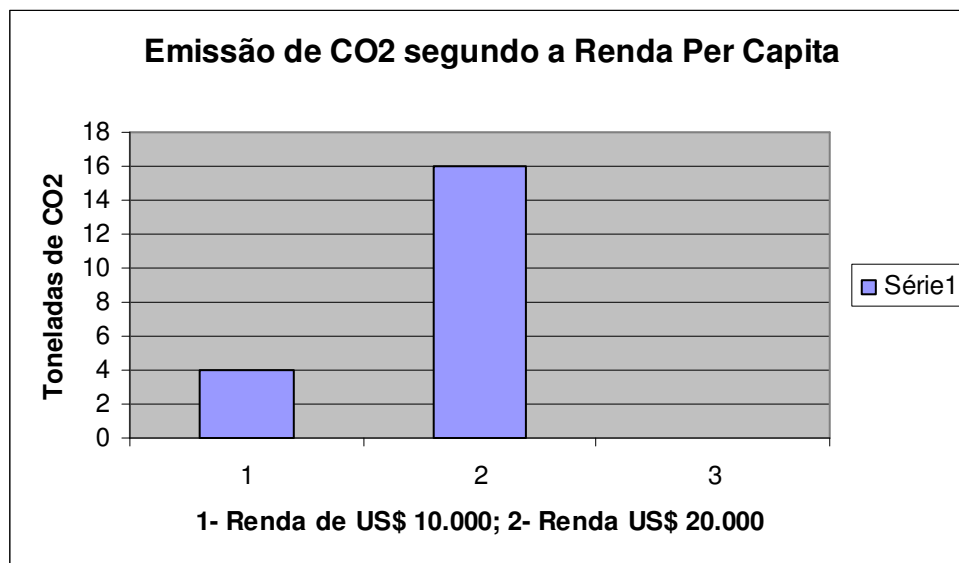
As distâncias não são as mesmas diante dos novos meios de transportes e de comunicações exigindo novos valores onde diversidade cultural, o direito à diferença, possam conviver com a justiça social e com o fim do racismo que a justifica. Essa é uma exigência que se coloca como possível no processo de reorganização societário em curso.

“A supressão da oposição cidade e campo não é só possível, mas tornou-se uma necessidade direta da própria produção industrial, como se tornou igualmente uma necessidade da produção agrícola e, ainda por cima, da higiene pública. Só com a fusão da cidade com o campo é que se pode eliminar a intoxicação atual do ar, da água e do solo: só ela pode levar as massas que hoje definham nas cidades ao ponto em que seu estrume sirva para produzir plantas em vez de produzir doenças”,

nos antecipava F. Engels, no fim do século XIX, a problemática ambiental atual.

Os efeitos ecológicos da conexão urbano-rural nos dias de hoje

É grande o impacto ambiental provocado pelo aumento da concentração de população em alguns pontos do espaço geográfico, nas cidades-e-suas-periferias. A concentração geográfica implica em si mesma em questões ambientais que não se colocam quando a população está dispersa nas áreas rurais, como o lixo, o abastecimento de água, o saneamento básico, enfim, a saúde pública torna-se um problema ambiental de grande envergadura. São enormes, inclusive, os custos financeiros para garantir as condições ecológicas básicas de reprodução da vida (coleta de lixo, redes de água e saneamento básico para milhões de habitantes concentrados).



Estamos, assim, diante da manifestação concreta dos efeitos do aumento da entropia com a alteração dos ciclos biogeoquímicos da vida no planeta. Com o crescimento das populações em aglomerados urbano-periféricos, não só aumenta exponencialmente a demanda por matéria e energia, mas, sobretudo são alteradas completamente a relação espaço-temporal dos ciclos biogeoquímicos. Vejamos isso mais de perto.

O impacto ambiental da população urbana não se reduz exclusivamente à escala local ou ao sítio urbano propriamente dito. É o que nos ensina a análise da *pegada ecológica* calculada para algumas cidades em diferentes regiões do mundo. A população de Londres, por exemplo, corresponde a 12% da população total do Reino Unido, todavia, exige uma *pegada ecológica* de 21 milhões de hectares ou, simplesmente, toda a terra produtiva do Reino Unido, segundo cálculos de Herbert Giardet do London Trust. Atentemos para a gravidade desse dado: o Reino Unido só consegue sustentar 12% da

sua população e, assim, 88% da *pegada ecológica* dos habitantes do Reino Unido se dá sobre áreas de outras regiões do planeta.

Segundo o informe do PNUMA de 2002, “uma cidade média da América do Norte com uma população de 650.000 habitantes requer 30.000 km² de terra, superfície aproximada da Ilha de Vancouver, Canadá, para satisfazer suas necessidades internas sem considerar as demandas ambientais da indústria. Em contraste, uma cidade da Índia de um tamanho similar requer somente 2.900 km²” (GEO-3: 243). Em outras palavras, um habitante de uma cidade típica da América do Norte tem uma *pegada ecológica* de 461 hectares, enquanto na Índia uma *pegada ecológica per capita* é de 45 hectares!

Vislumbramos por esses dados o componente de injustiça ambiental que subjaz ao atual padrão de poder mundial nos permitindo falar de uma verdadeira dívida ecológica das populações urbanas para com as rurais, dos países industrializados e suas populações para com os países agrícolas e suas populações e, sobretudo, das populações ricas em relação às pobres.

Cultura, suburbanização e meios de comunicação

Há uma relação que precisa ser sempre lembrada e que diz respeito à relação entre o espaço e a constituição de algo em comum, ou seja, a comun+icação e a comun+idade por meio do espaço. Afinal, é por meio da linguagem que os homens e mulheres constroem um sentido comum para suas vidas, conformando um espaço de pertencimento que, no fundo, constitui seu território. Espaço, comunidade e comunicação são, assim, termos que se esclarecem reciprocamente. Assim, são enormes as implicações entre a constituição de significados e os suportes materiais da comunicação. Há situações em que o suporte é o próprio corpo onde cada um dispõe de si mesmo como suporte e o direito à voz e o alcance da voz não precisa de mediações. Ainda que se possa bater o tambor ou emitir fumaça há um horizonte onde cada um possa ver ou escutar com seu próprio corpo. Com o suporte da escrita é possível a dissociação entre o corpo e a palavra e, assim, a palavra pode fugir do espaço de referência imediato onde os corpos se encontram. Os impérios seriam impossíveis sem a escrita. Sócrates se recusara a escrever o que quer que fosse. Já J. Gutemberg (? – 1548) inventou a imprensa para difundir a palavra sagrada, a Bíblia e, mais uma vez, máquina, modernização (colonização) e religião (catequização) aparecem ligadas. Com as máquinas de veicular idéias amplia-se o poder de alguns (emissores) imporem sua verdade a muitos (receptores). Não é o mesmo corpo que emite e o que recebe e, assim, os sentidos fragmentam-se: alguns falam, outros ouvem. Não é aqui o lugar para desenvolvermos toda a fenomenologia da comunicação social, mas simplesmente de atentarmos para o significado entre espaço, política e comunicação social.

Essa reflexão nos ajuda há compreender o fato, pouco salientado, de enormes impactos ambientais no contexto desse período de globalização neoliberal: trata-se dos efeitos derivados do que chamamos de (des)ruralização e o crescimento acelerado da concentração de populações em cidades-e-suas-periferias no contexto da América Latina, *associado à implantação de meios de comunicações empresariais de grande porte*.

Vejamos mais de perto, por emblemático, o caso do Brasil. Com uma população, em 1960, de 28 milhões de urbanos contra 32 milhões de rurais, o Brasil viu, pela primeira vez, sua população se tornar majoritariamente urbana em 1970. O Brasil conta, em 2010, com aproximadamente 172 milhões de habitantes em cidades-e-suas-periferias. Ou seja, em 50 anos, essa população urbana foi multiplicada em mais de seis vezes, enquanto a população total crescia um pouco mais de três vezes.

Já vimos os efeitos desse crescimento em termos de formação de assentamentos precários. Destaquemos, agora, o significado do processo de reterritorialização a que essas populações foram submetidas nesses novos assentamentos. Assinalemos, antes de tudo, que essas populações desconheciam a educação formalizada quando habitavam as áreas rurais. A chegada aos grandes aglomerados humanos coincidiu, no Brasil, com a implantação de modernos sistemas de comunicação, sobretudo da televisão. É de 1965 tanto a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel, como da Rede Globo, que viria a se tornar desde então a maior rede entre as grandes corporações empresariais de comunicações do país. Sublinhe-se que foi exatamente na década de 1960 que pela primeira vez a população urbana ultrapassou a rural no Brasil.

Tradicionalmente a cultura tecida por populações sem instrução formal é rica em suas expressões audiovisuais. Esse fato viria ensejar um efeito de enorme qualidade estética que se expressa na qualidade da televisão brasileira. Afinal, a televisão é um meio de expressão áudio e visual onde aquela cultura forjada sem educação formal tem sua melhor qualidade.

Associe-se esse quadro, primeiro, a um regime ditatorial estabelecido em 1964 e, depois, a uma verdadeira massificação por meio da publicidade e do *marketing* produzindo, para além dos noticiários e das novelas, todo um processo de produção de valores completamente distintos daqueles ambientes urbanos das primeiras cidades industriais. Nas cidades inglesas, e Charles Dickens e F. Engels nos deram belíssimas descrições daquelas paisagens, o corpo a corpo e a vizinhança, em grande parte, muito contribuíram para a conformação de uma subjetividade que ficaria conhecida como uma consciência de classe operária. Afinal, a urbanização das cidades dos primeiros países que se industrializavam se fazia em torno das fábricas que se formavam e, assim, cidades industriais e bairros operários eram uma só coisa.

A reterritorialização dos camponeses que chegavam às cidades, tanto na Europa como nos EUA, em grande parte se deu conformando suas identidades por meio de associações de ajuda mútuas e *trade unions* que vieram a dar origem aos primeiros sindicatos. Ensinar a ler a quem não sabia ler era uma das formas mais comuns de solidariedade que constituiu a classe operária nos primórdios da urbanização. Eis uma das razões que levaram a que os jornais ingleses tivessem enormes tiragens, chegando alguns a 1.000.000 de exemplares diários, ainda em 1900.

Nas condições de uma urbano-periferização acentuada, como a brasileira dos últimos 50 anos, acompanhada pela implantação de meios de comunicações audiovisuais de base empresarial, propício à criação estética audiovisual conforme as melhores tradições da cultura popular do Brasil, a fabricação capitalística da subjetividade (Guatari) viria adquirir um enorme poder sociopolítico ainda mais sob um regime ditatorial sob tutela militar. Há uma rica estética na publicidade que instiga o desejo todo dia, o dia todo. A paisagem pobre das periferias urbanas está antenada com o simulacro das paisagens das tevês. Há uma violência simbólica de enormes implicações para a vida urbana.

Os meios de comunicação foram fundamentais na constituição dessa nova configuração rural-urbana desse período chamado por muito de globalização neoliberal. Lembremos, aqui, de uma fina observação deixada pelo saudoso historiador e ambientalista inglês E. Thompson, no livro *Costumes em Comum*, quando assinala que somos a primeira geração na história em que a produção das necessidades escapa às famílias e à comunidade territorial mais imediata. Há fantásticos meios industriais de formação das necessidades que fazem com que os filhos sejam muito mais influenciados por eles do que por seus próprios pais. Com isso mudam, até mesmo, a referência de seus ídolos, cada vez mais modelos midiáticos. **Não subestimemos as implicações derivadas do deslocamento do valor do trabalho para o consumo, que implica outra relação com o**

mundo, com o espaço e com o tempo. O trabalho implica um tipo de satisfação com o que se faz mediada pelo tempo, onde a satisfação implica um esforço primeiro que, depois, veremos na obra, no feito. Há um tempo e um esforço separando o desejo da realização do desejo. Já o consumo implica satisfação imediata e, portanto, sem a mediação do trabalho. Esse imediatismo, em grande parte, infantiliza, pois, tal como na criança, entre o desejo e a realização do desejo, há o choro. Na juventude, a realização infantil do desejo pode ensejar a violência com seu curtoprazismo. E o curtoprazismo contribui para o esvaziamento da política, como já alertara Hanna Arendt, e não só quando a violência substitui o direito de todos à voz na medida em que anula o outro na sua outridade. A política perde qualquer sentido quando não há um futuro a ser debatido, o que pressupõe, obviamente, que se tenha algo comum com quem construir o futuro.

Aqui é importante que se registre que o que mais se vê no lixo urbano são embalagens de todo tipo e para tudo. Assinalemos que a embalagem se presta não só para acondicionar o produto que abriga. Serve, também, para embalar o próprio consumidor com sua estética. Aqui, outro sentido de embalagem emerge, haja vista que embalar é, também, embalar alguém para fazê-lo dormir e, assim, embalado, somos conduzidos ao sonho e, por esse caminho, à sua realização com a compra. Quando não se tem emprego e/ou renda para fazê-lo, esse é o seu lado mais perverso, sobretudo quando se olha a situação dos jovens, a contra-violência simbólica torna-se, com frequência, mortal. Aqui reside a importância do movimento de jovens negros e pobres do *hip hop* que transforma a violência em poesia, em reflexão.

Vemo-nos, pois, diante de contradições socioambientais instigadas subjetivamente por toda mídia que, entretanto, dá sentido às relações sociais e de poder de uma sociedade produtivista-consumista que se ancora nesse individualismo narcísico. É o que se vê no cotidiano do espaço urbano por meio do trânsito, do congestionamento, da tensão psíquica, nas doenças respiratórias e cardíacas, nos acidentes e seus traumatismos, na emissão de CO² e outros gases de efeito estufa, na velocidade discutível, enfim, na impotência generalizada transferida para a potência do motor por meio da relação objetual entre homem e mulher, cada vez mais sugerida, quando não explicitada, na publicidade de automóveis¹⁷ e outras.

Deste modo, vê-se, o transporte individual se sobrepõe ao coletivo, com danos sabidos ao meio ambiente e ao psiquismo de todos, por ações deliberadas de grandes empresas que visam seus interesses (o de seus acionistas), em detrimento da saúde de todos e do planeta. Vivemos, hoje, em várias cidades do mundo o espetáculo de congestionamento por todo lado e das restrições ao uso do automóvel, com rodízios de placas pares e ímpares ou de campanhas pelo não-uso do automóvel. Cada vez é maior o tempo que se nos impõe entre o lugar de trabalho e o lugar a residência (H. Lefebvre chamou a isso tempo imposto). O cotidiano urbano sintetiza a situação do planeta: com cerca de 20 a 25% da população urbana dispendo de automóveis, todos sofrem os efeitos do congestionamento, assim como temos 20% mais ricos da população mundial consumindo mais de 80% das matérias primas e da energia comercializadas anualmente no mundo. Essa ideologia da realização pelo consumo é, ainda, tão forte, e o automóvel seu símbolo maior é tal que, embora já estejamos congestionados, a maior parte das pessoas sonha em ter esse bem que, como nos ensinou E. Altvater é um bem

¹⁷ Enfim, o automóvel, símbolo maior do individualismo e da potência que essa ideologia instiga não se impôs a cada um de nós como um desdobramento natural fruto de suas virtudes superiores às do transporte coletivo. Pelo menos, é o que nos assegura uma fonte tão fidedigna como pode ser a Comissão Antitruste do Senado dos EUA, que nos diz que, entre 1932 e 1956, a General Motors esteve implicada na destruição do sistema de bondes em, pelo menos, 45 cidades daquele país.

oligárquico. Ainda recentemente, em 2008, na crise que se caracterizou midiaticamente como financeira, as indústrias automotivas foram objeto de um tratamento preferencial, mostrando a centralidade do automóvel como um componente emblemático do que se convencionou chamar urbano.

Griot, Outras Conexões: mobilidade e ação

Não é a primeira vez que um amplo processo de deslocamento populacional é registrado na história recente. Aliás, a livre circulação de mercadorias e pessoas, já o assinalara Adam Smith, se apresenta como condição da constituição da sociedade capitalista. Afinal, o capital jamais poderia ter livre circulação não tivesse constituído indivíduos (mão-de-obra) também circulando por todo lado atrás de um emprego depois, é claro, de terem sido desterritorializados enquanto povos, etnias ou comunidades camponesas. Sabemos, pois, que a generalização da mobilidade não se deu (nem se dá) naturalmente, como a história registra nos cercamentos das terras comunais na Inglaterra, no tráfico de escravos da África para todo lado e na expulsão e genocídio de indígenas pelos quatro cantos do mundo.

O século XIX, sobretudo a segunda metade, e a primeira metade do século XX, viu irlandeses, ingleses, escoceses, portugueses, espanhóis, alemães, italianos, poloneses, russos, chineses (os *coolies*) e japoneses se deslocando para as Américas, para a Oceania e, até mesmo, para a África, sobretudo ao sul do Saara.

Já destacamos como esses deslocamentos permitiram à Europa exportar seus excedentes demográficos e aos Estados Unidos, Canadá, Argentina, Uruguai, o sul do Brasil, Austrália e Nova Zelândia ocuparem territórios, quase sempre contra populações autóctones, aborígenes e indígenas. Assim, os europeus ocuparam espaços de outros povos com sua migração. A questão que se coloca nos dias de hoje é que a maior parte dos migrantes não vem da Europa e dos EUA ou do Japão, mas sim, em grande parte se origina de países pobres e se dirige a esses países que hoje se mostram extremamente seletivos na admissão de migrantes.

A pesada herança deixada pelo colonialismo e pelo imperialismo, de deslocamentos territoriais forçados, está na base de inúmeras lutas fratricidas na África, no Oriente Médio e, mesmo, na Europa Oriental e nos Balcãs. Na América Latina, a permanência da colonialidade, mesmo após o fim do colonialismo, faz com que a questão da terra, a eterna questão agrária, e dos territórios de afrodescendentes (quilombos, no Brasil, e *palenques*, na Colômbia e Panamá) e de indígenas (Equador, Colômbia, México, Bolívia, Chile, Peru, Venezuela e Brasil) venham a se tornar centrais, sobretudo com a crise das relações sociais de dominação tradicionais, em grande parte destruída com a crise geral do Estado agravada pelas políticas de ajustes neoliberais (Equador, Venezuela, Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina, México).

Há múltiplas territorialidades redefinindo suas estratégias nesse contexto de crise do período de globalização neoliberal, e os deslocamentos de população são uma das suas maiores evidências com efeitos ambientais em si mesmos. Afinal, o território é o encontro da sociedade com a natureza e, assim, os deslocamentos de população no espaço são expressão do re-ordenamento territorial e, portanto, da relação população-recursos, fazendo uma concessão à linguagem do *mainstream*.

O número de desterritorializados (refugiados, migrantes clandestinos, *desplazados*) aumenta em todo o mundo e, lamentavelmente, a paisagem com acampamentos¹⁸

¹⁸ O Oriente Médio reúne múltiplos vetores de processos de territorialização diversos e contraditórios — disputas estratégicas por petróleo por parte de empresas e Estados hegemônicos; refugiados de diversos tipos (palestinos em destaque), religiosidades diversas, estados com claras fronteiras impostas pelo imperialismo do que, paradoxalmente, Kuwait, Iraque e Israel são expressões vivas. A “limpeza étnica”

começa a se tornar comum. No fundo, temos o conflito aberto pela conquista de territórios, enfim, pela disputa por recursos vitais para empresas e Estados, posição estratégica diante de recursos como energia e minerais considerados vitais (água e biodiversidade incluídos), enquanto que para a maioria da população trata-se de buscar terra para plantar, de um espaço para construir uma casa para morar, de água para beber, de emprego para viver.

O debilitamento do papel do Estado está, sem dúvida, entre as razões da crise da forma territorial do Estado-Nação e, no interior dos territórios nacionais, se faz sentir a debilidade generalizada das políticas com sentido público. E foram nesses últimos 30/40 anos, quando a América Latina viu disparar o processo de desruralização e suburbanização, que as orientações das chamadas instituições multilaterais, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, quase sempre fazendo eco a Wall Street, recomendaram que o Estado recuasse das suas responsabilidades públicas.

No caso da Colômbia, cerca de 10% de uma população de 30 milhões de habitantes, são *desplazados*, deslocados seja pelos conflitos territoriais, que têm como pano de fundo a questão fundiária, seja pelas catástrofes detonadas por terremotos, deslizamentos de terras em assentamentos humanos precários, seja em acampamentos, seja em favelas e periferias das cidades. Um *desplazado* não é nem um refugiado no sentido tradicional que lhe atribui a ONU e nem um migrante. Afinal, os *desplazados* vivem em seu próprio país e saíram não porque queriam fazê-lo e são a demonstração de que nem a sociedade, em si mesma em crise, nem o Estado, conseguem lhes garantir um lugar, no sentido preciso, geográfico, do termo.

A problemática cada vez mais acentuada da mobilidade generalizada é parte do desafio das outras conexões que estão em gestação no mundo contemporâneo, na medida em que expõe que é a territorialidade que está em questão e, assim, uma visão que articule diferentes escalas se impõe. Entretanto, a fronteira que se quer tão flexível para fazer circular o capital tem sido extremamente seletiva quando se trata da população. Há uma clara abertura de facilidades aos migrantes qualificados que vêm da África, da Ásia ou da América Latina, o que tem sido chamado de evasão de cérebros, onde vemos elogios freqüentes às habilidades intelectuais dos paquistaneses e indianos para trabalhar na área de informática, por exemplo. Assim, chegamos ao paradoxo de vermos os países pobres exportarem seus melhores cérebros para os países ricos por não terem condições a oferecer para que ali permaneçam.

Não são poucas as contradições que daí emanam e o 11 de setembro de 2001 seria o outro lado, trágico, desses conflitos de territorialidades generalizados. Enfim, ali vimos a inteligência sendo perversamente usada para fazer explodir aviões, com precisão técnica e científica, contra centros do poder empresarial e imperial, tornando a vulnerabilidade territorial, pela primeira vez, um fenômeno generalizado e não mais somente dos territórios coloniais e distantes como até aqui foi. O herói americano já não é aquele que volta de uma batalha no Vietnã, mas aquele que morreu quando tentava entrar no *World Trade Center*, como os bombeiros de Nova York!

A explosão de rebeliões de jovens em finais de 2005 na Alemanha, Bélgica e, sobretudo, na França, onde atingiu dezenas de cidades, nos dá conta da complexidade que envolve o fenômeno das migrações ao aproximar geograficamente as contradições do sistema-mundo moderno-colonial que, até aqui, a história havia mantido à distância. A moderno-colonialidade se constituiu por meio de toda uma gama de discriminações,

que, na verdade, foi amplamente praticada sem esse nome na África e América Latina no período de colonial e imperialista e, mais recentemente, esteve relacionada na Europa ao nazismo com seus campos de concentração, volta a ser usada tanto na Europa Oriental como no conflito entre Israel e Palestina, onde a paisagem se enche cada vez mais de campos de refugiados e, até mesmo, de muros.

opressão e exploração (racismo, colonialismo e injustiças várias). A aproximação dos diferentes, sobretudo pelas migrações, exige mais que uma nova cultura de tolerância. Coloca-nos diante da necessidade de apurarmos uma cultura que considere o outro enquanto outro e tenha na outridade a condição do diálogo que, para ser verdadeiro, há que ser feito entre entes que diferem, literalmente, difer-entes.

Tanto quanto em 1968, os jovens de hoje, à sua maneira, colocam o debate acerca do futuro de um modo muito concreto e imediato. Afinal, trata-se de um futuro tendo que ser forjado premido por circunstâncias imediatas, até mesmo pela falta de emprego ou precarização das relações de trabalho que, sabemos, não é sentida igualmente por negros, por mestiços ou por brancos, ou ainda por árabes, por turcos ou por africanos, ou mesmo por seus descendentes mesmo quando nascidos em Paris, Bonn ou Bruxelas, com tudo que está implicado nesses adjetivos pátrios, na cor da pele ou nos signos das culturas pela colonialidade do saber e do poder de nosso sistema mundo. Essas explosões de jovens tanto quanto a explosão das Torres Gêmeas, em Nova York, no 11 de setembro de 2001, nos mostram que as contradições estão verdadeiramente globalizadas com todas as implicações geográficas dessa expressão e, assim, não é só o horror que não tem mais um lugar específico. *A periferia é periferia em qualquer lugar*, como afirmou Gog, *rapper* de Brasília: “A periferia está no centro e o centro está na periferia”.

Todo esse processo se expressa contraditoriamente no espaço como um todo implicando relações de enorme complexidade e envolvendo múltiplas escalas: do lugar, da cidade, da região, dos países, das sub-regiões continentais e do mundo. Ali, onde muitos viram a urbanização extensiva se estendeu também a fragmentação sócio-espacial seja com condomínios fechados, seja com lugares públicos subordinados à lógica privada, como nos *shoppings centers* onde a praça não é do povo, pois não se tem direito à manifestação política, nos espaços sob o controle de grupos empresariais para-legais, como nos circuitos do capital industrial-financeiro de drogas e de armas, ou com os pobres da periferia que não conseguem sequer procurar emprego porque não podem se deslocar por não ter dinheiro para pagar o deslocamento, para não falar das *company towns*, cidades sob controle corporativo onde a cidadania está longe da cidade.

Tudo isso nos obriga a recusar o sedutor convite para “agir localmente e pensar globalmente”, ignorando-se que poderosas forças operam à escala global. Cada vez mais nosso agir local, que deve ser denso, não pode estar dissociado de um horizonte político mais amplo no tempo e no espaço. Se o local é condição necessária, não é suficiente para superar questões que implicam múltiplas territorialidades, muitas das quais estão aí em gestação. Precisamos inventar outras conexões entre as diversas escalas, entre o rural e o urbano. Enfim, outras configurações territoriais e, com isso, reinventarmos a política. Se tantos muros vêm sendo erigidos, paradoxalmente depois da queda do Muro de Berlim, é preciso relembrar que muro é o significado originário de *pólis*, em grego. *Pólis* designava o muro, o limite, entre a cidade e o campo e, só depois, passou a designar o que estava contido no interior dos muros: a pólis, no sentido de cidade. Entretanto, não olvidemos que o sentido originário de *pólis* continua no interior da política, enquanto arte de definir limites, muros, afinal. Toda a questão passa a ser, portanto, quem define os limites: quando UM define os limites, estamos diante da TIRANIA; quando POUCOS definem os limites, os gregos chamavam OLIGARQUIA e DEMOCRACIA é quando TODOS definimos os limites¹⁹. A questão que se coloca hoje é de reinvenção da política, o que só pode se dá com o direito de todos à voz. Aqui

¹⁹ A democracia grega era limitada, posto que excluía as mulheres que não tinham direito à vida pública. Daí as expressões “mulher mundana” e “mulher pública”, quase sempre associada à prostituição. Além disso, cerca de 30% dos habitantes das cidades gregas eram escravos, portanto, não eram homens livres.

o direito de ser um emissor, enfim, de emitir sua verdade é crucial. O direito à informação não pode se restringir ao direito a receber informação. O que temos hoje, em crise, é o que Boaventura de Sousa Santos chamou de democracia débil e precisamos torná-la densa. Noam Chomsky, o lingüista e ativista dos direitos humanos estadunidense, nos alerta que a empresa é a instituição menos sensível à democracia, onde o direito do proprietário está acima do direito à vida. Até hoje, por exemplo, ninguém sabe a fórmula química do refrigerante mais vendido no mundo, assim como o poder absoluto do proprietário ainda define quem vai trabalhar e quem não vai, decisão subordinada às expectativas de lucro, embora desempregue pais de família levados, muitas vezes ao desespero, sobretudo em países de frágil seguridade social. Com certeza, a blindagem da práticas democráticas no interior da instituição empresa é uma das razões, e não de pouca monta, da sensação que debilita os processos democráticos, sobretudo quando reduzimos esses processos a procedimentos formais de eleição, inibindo, na prática o poder soberano do múltiplo, do diverso, do povo.

Construindo sentidos, sentidos

Da análise acima sugerida emanam algumas idéias que podem nortear a construção de outros sentidos necessários à invenção de outras relações da sociedade com a natureza através de nossos assentamentos. Eis algumas delas:

- 1- qualquer concepção com respeito à organização do espaço, seja em que escala for, não pode ser um conhecimento produzido de fora, reproduzindo a separação entre trabalho intelectual e o trabalho braçal, entre os que pensam e os que fazem. Enfim, não é mais possível aceitar um conhecimento produzido *sobre* o mundo, de sobrevôo, como dizia Hanna Arendt, um conhecimento sem (con)tato, que não sente o mundo, uma razão que ignore a emoção que sempre lhe constituiu, assim como as relações de poder no saber. Daí dizermos construir sentidos, sentidos (*Habitus*).
- 2- O planejamento territorial há que ser reinventado, sobretudo a partir das experiências dramáticas derivadas tanto do esvaziamento do sentido público das políticas neoliberais, como também do planejamento burocrático dos países do “socialismo realmente existente”.
- 3- o planejamento territorial implica a idéia de que partilhamos um espaço comum e uma vontade coletiva de nos constituirmos enquanto algo que transcende cada qual. Enfim, implica inventar a política, inventando outros limites – polis - para a vida em comum.
- 4- mais que planejamento participativo, expressão que tinha um sentido forte e que fazia parte do léxico político dos movimentos sociais latino-americanos nos anos 1970 e 1980, e que vem sendo sistematicamente esvaziada precisamos de um planejamento crítico participativo e protagônico. Evelina Dagnino nos chamou a atenção para esse esvaziamento discursivo, entre outros da idéia de participação, em grande parte forjado pelos intelectuais das instituições multilaterais, como o Banco Mundial entre outras, e que a autora denominou de “convergência (discusiva) perversa”. Nesse esvaziamento as organizações não-governamentais tiveram um papel importante ao substituir em grande parte a mediação política antes feita através de organizações e movimentos sociais. A própria denominação dessas organizações como não governamentais mantém relação com as políticas neoliberais que em nome de uma nova governança diminuía o poder efetivo dos governos: daí o estímulo às organizações não-governamentais por parte das instituições que forjaram o ideário das políticas

neoliberais. Assim, haveremos de desenvolver práticas de planejamento com participação protagônica²⁰, palavra introduzida recentemente no léxico político pelo movimento popular venezuelano para tentar recuperar um sentido denso para a participação.

- 5- Na configuração de outro planejamento é preciso recuperar a relação entre os lugares, entre as escalas. É interessante ver que há vários sentidos para escala, como escada e subir, escalar. Portanto, a idéia de um em cima e de um em baixo, enfim de hierarquia, que confere sentido ao pensamento hierárquico e heterônomo, enfim à lógica do mandar e obedecer. A experiência de formação dos estados territoriais, que são a base do sistema de estados do sistema mundo, hierarquizou o espaço através de monarquias centralizadas e de estados absolutistas. Assim, a experiência dos chamados estados nacionais, expressão empobrecedora ao suprimir o território e a territorialidade que lhe constitui, foi forjada sob o absolutismo e sob monarquias que eram os que detinham a soberania. A idéia de soberania nacional que daí deriva é mais uma soberania sobre um espaço e os recursos que o novo Príncipe, o Estado, exerce. O corpo da pátria, seu território deve obedecer ao Estado cuja sede, a capital é a cabeça que comanda o corpo.
- 6- Essa hierarquia política por meio do espaço é, ao mesmo tempo, hierarquia social, pois é exercida por certas classes e etnias contra outras classes, povos e etnias. É isso que está por trás de todo um léxico discursivo que opõe a língua ao dialeto; a cultura ao folclore; o saber universal ao saber local; o nacional-universal ao regional. Assim, há colonialismo em diferentes escalas e não só à escala mundial como uma certa historiografia consagrou, inclusive entendendo o colonialismo como um fenômeno que se restringiria a um período histórico determinado. Precisamos esperar por Pablo Gonzalez Casanova para entendermos o “colonialismo interno” e por Aníbal Quijano para saber que a colonialidade sobreviveu ao fim do colonialismo por meio da colonialidade do saber e do poder. Só assim podemos entender a frase em epígrafe de Evo Morales quando tomou posse em seu primeiro mandato.
- 7- Isso implica que o racismo, o machismo, o xenofobismo (e seus territorialismos: localismos, regionalismo, nacionalismos, globalitarismos) devam ser considerados seriamente nos processos de reinvenção de nossos assentamentos por meios participativos-protagônicos. Afinal, as segregações socioespaciais abrigam essas relações sociais e de poder, além das relações de produção.
- 8- As experiências da Bolívia e do Equador que fundam o que vêm chamando de estado plurinacional deve ser examinada com atenção, pois tentam compor um mesmo estado territorial concebendo direitos às múltiplas territorialidades (nacionalidades) que abrigam. Enfim, uma pista para superar o “colonialismo interno”.

²⁰ Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de Antonio Geraldo da Cunha, protagonista em português teria sido formada com os vocábulos gregos *protos* “primeiro, principal” e *agonistes* “lutador, competidor”. Enfim, mais que simplesmente o sentido de personagem principal, protagonista é a luta para ser o principal. Com Hanna Arendt aprendemos que o sentido da política está em poder tomar a iniciativa da ação, principiar e, pelo menos depois das revoluções americana e francesa o poder de iniciativa, o poder de principiar a ação não é mais somente do príncipe (o que principiava). Assim, há um sentido profundo nessa expressão que emana do movimento popular venezuelano de que há que empreender a participação protagônica, em que o poder de iniciativa se faça para além de procedimentos de opção (eleição) às propostas de alguns que teriam essas prerrogativas (de iniciar, de propor, de principiar) com exclusividade.

- 9- Assim, é preciso estarmos atentos para a dialética complexa implicada no jogo de escalas e de poder que está longe de binarismos do tipo local-global. É preciso cuidado com o uso generalizado da idéia de rede, quase sempre como metáfora, e que ignora que as redes nunca vivem de si mesmas, que estão sempre implicadas e imbricadas em territórios de onde os sujeitos que as fazem existir tiram energia, matéria e informação.
- 10- Se devemos exigir que a escala local detenha prerrogativas plenas de soberania, inclusive para dialogar com outras escalas e para delegar poderes a outras escalas, devemos também ter claro que nenhuma autonomia é absoluta e, assim, sempre haverá de se discutir os limites, essencial à política.
- 11- Nenhuma cidade é ou pode ser sustentável, por definição. Afinal, nenhuma cidade constitui um sistema fechado de matéria e energia. Mesmo quando admitimos que o urbano não se restringe à cidade, com certeza não faz parte da cidade a produção do alimento que alimenta seus habitantes (embora cada vez mais admitamos a existência de uma agricultura urbana) ou a geração da energia que a alimenta. Tampouco os efeitos da concentração de população e de atividades produtivas no ar, no solo e na água (lixo e poluição, por exemplo). Ao mesmo tempo, os cidadãos das cidades litorâneas dependem de sua capacidade política de se fazerem ouvir nas outras escalas onde vêm se dando as reuniões sobre o aquecimento global. Aliás, há que se deslocar esse debate para que outras escalas sejam vistas, onde os responsáveis regionais pela mudança climática podem ser mais qualificados e identificados. Até porque essa mudança não é geograficamente homogênea e, assim, os efeitos perversos são sentidos desigualmente e não só por quem mora em cidades litorâneas, haja vista as mudanças no regime de chuvas e a precariedade das habitações e a insegurança dos sítios habitados pela maioria da população urbana mundial.
- 12- É preciso reconhecer definitivamente a importância da reforma agrária e da reforma urbana enquanto geoestratégias como nos ensina Marcelo Lopes de Souza. Nenhuma sociedade será efetivamente democráticas se não for capaz de democratizar o acesso ao espaço, à terra. Na cidade, combatendo a especulação imobiliária, tema que é juntamente com o combate à fragmentação socioespacial, central em qualquer agenda de reforma urbana. No campo, onde a extensão de terra é uma variável fundamental até mesmo para o processo produtivo não é só a especulação fundiária, combatendo a terra como reserva de valor, mas, sobretudo combatendo a concentração de terras que é fonte de concentração de poder. Afinal, em nossa América (Abya Yala), a cidade esteve na origem da organização de um sistema produtivo rural que tinha na concentração fundiária a base da concentração de poder. No agronegócio de hoje, tal como no de ontem, a mesma concentração fundiária está na base da concentração de riquezas, sempre com uso de técnicas modernas (do engenho de ontem aos tratores-computadores de hoje que ainda usam nos seus latifúndios empresariais sementes laboratorialmente modificadas).
- 13- É preciso ampliar os procedimentos de decisão com vistas a combinar democracia representativa, democracia participativa e democracia comunitária. Nesse sentido é preciso, no mínimo, ouvir outras vozes que hoje comparecem à polis reivindicando o direito à voz, como essa que vem da Bolívia, do mundo quéchua-aymara-guarani: “(...) estamos construindo uma soberania onde tomamos nossas decisões mediante o consenso, onde resolvemos nossos conflitos, nos pomos de acordo, mediante o consenso comunal e não mediante a democracia, pois na democracia existe a submissão, onde as minorias se submetem às majorias ou as majorias submetem as minorias. Se de cinco pessoas, três estão de acordo e as duas restantes não, os primeiros submetem aos dois,

que são minoria. Na democracia, até as maiorias se submetem às minorias. Nós sempre levantamos um consenso, no qual todos devemos estar de acordo para ditar qualquer medida. É muito importante para nós, que cada um de nós possa intervir com o mesmo direito, e que tenha as mesmas oportunidades, que possa ser escutado. Todos temos que convencer-nos e chegar ao consenso, em nos por de acordo entre todos, tomar uma decisão com a contribuição de todos, não mediante o voto”. David Choquehuanca Céspedes – Ministro das Relações Exteriores da República Plurinacional da Bolívia.

- 14- Considerar seriamente a ampliação dos entes portadores de direito, como foi instituído na Constituição do Equador que consagrou o Direito da Natureza. Aqui, é preciso considerar essa contribuição na medida em que ela abriga outras racionalidades que emanam do mundo quéchua e de outras comunidades originárias que falam de comunidade de vida e, assim incorporam não só as plantas, os animais, a água e o ar, como também o tangível e o intangível (Consultar Sumak Kausay e Suma Qamaña).
- 15- Há ricos e diversos processos instituintes de outras territorialidades em curso e, se queremos inventar outras formas de assentamentos com os protagonistas, e não desde idéias autodenominadas iluminadas, devemos ouvi-las com atenção.
 - 1- Maria Fernandez, a artista *nuyrocan*, denominação dada aos filhos de países do Caribe nascidos em bairros de migrantes pobres em Nova York, afirma em um dos seus poemas: “Eu não nasci em Porto Rico/ Porto Rico nasceu em mim”. Nesses bairros é forte a ligação desses migrantes caribenhos e de seus filhos *nuyrocans* com os negros estadunidenses. A música, como a salsa, é filha dessa relação e retorna ao Caribe desde Nova York;
 - 2 - Os migrantes mexicanos que demandam aos Estados Unidos costumam dizer que não atravessaram a fronteira, mas que foi a fronteira quem os atravessou, atualizando a história por meio da geografia, lembrando-nos que Texas, Arizona, Califórnia e Novo México eram/são seus territórios (Guerra dos EEUU contra o México entre 1845-1848);
 - 3 - Os trabalhadores equatorianos na Espanha, ameaçados de expulsão por serem ilegais (“sin papeles”) brandiram um cartaz dizendo que sua carteira de identidade era a carta de Cristóvão Colombo. Com isso, fazem a história atuar (atual) indicando com isso a imbricação territorial derivada de serem equatorianos trabalhando/vivendo na Espanha, enquanto mantém fortes laços com seus lugares/famílias no Equador. Ao contrário dos espanhóis que ocuparam a América (Abya Yala), incluindo o Equador, explorando suas riquezas e seus povos, os equatorianos migram porque não encontram condições plenas de sobrevivência em seu país de origem, em grande parte em função da colonialidade do poder que ainda comanda hoje nosso sistema mundo, imperialisticamente. Enfim, outras configurações territoriais mais englobantes estão sendo engendradas *desde abajo* onde, ao mesmo tempo em que fortalece o território soberano do estado através da constituição de um estado plurinacional com múltiplas territorialidades (proposição 8), conforma outras possibilidades territoriais que transcendem as territorialidades (transterritorialidades) dos estados territoriais tradicionais.
- 16- Vimos como o aquecimento global expõe os limites de uma sociedade que leva às últimas conseqüências práticas um modo de produção de conhecimento que olvidou a natureza pelas implicações (da vontade) de poder (dominação) no saber. Sabemos hoje que exploramos o planeta em mais de cerca de 30% de sua capacidade de recarga anual de biomassa e o aquecimento global nos coloca diante de limites temporais regressivos. Vimos como a pegada ecológica das cidades nos indica os limites do modo de vida urbano, tal e qual vem sendo configurado sob a lógica do lucro, do mercado. O capitalismo enquanto modo de

produção (inclusive de conhecimento) só se afirmou plenamente com a separação dos homens entre si constituindo indivíduos ao desfazer comunidades camponesas, outros povos e etnias; separando os homens da natureza através da expropriação generalizada que, assim, tornava a natureza livre de homens e homens livres da natureza e, portanto, criava as condições para que se generalizasse a mercantilização, com os privados de propriedade e a natureza enquanto propriedade privada. Esse o contexto onde se desenrola o texto de um saber em que homens e natureza caem um fora do outro e que se mostra hoje como um problema ao mesmo tempo epistêmico e político. A questão ecológica nos mostra, assim, que há limites para a relação da sociedade com a natureza. E limites, já o vimos, é a razão de ser da política, arte que só tem sentido de ser exercida na igualdade e na liberdade (aliás, o sentido de um se resolve pelo outro, ao contrário da exclusão que o colocaram o liberalismo, e sua defesa do indivíduo abstrato, porque a-social e como se fosse possível ser livre na desigualdade, e o socialismo que, em nome da igualdade, se abstraiu da liberdade, como se fosse possível a igualdade sem liberdade). As lutas ecológicas em todo o mundo revelam um sentido profundo contra esse-mundo-que-aí-está, pois o que indicam é que estamos diante de um processo onde a humanidade busca se reapropriar da natureza. Enfim, é de reapropriação social da natureza que se trata. E devemos ter isso como eixo estratégico em cada ação, se é que queremos ter um lugar e um futuro.

Seria interessante que se fizesse o cálculo dos gastos que as diferentes municipalidades têm com a construção, ampliação, manutenção de ruas asfaltadas; com a construção de viadutos, pontes, túneis, *subways* e estacionamentos para os automóveis, comparando-os com os gastos com saúde, educação, saneamento e no conforto do pedestre para ser mais preciso e específico na comparação. Fica a hipótese de que chegaríamos a números surpreendentes mostrando que as municipalidades governam mais para os automóveis do que para as pessoas. Valeria a pena conferir.

BIBLIOGRAFIA

BRAVERMAN, Harry [] *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

CASANOVA, Pablo Gonzalez 2006. *As Novas Ciências e as Humanidades: da academia à política*, Ed. Boitempo, São Paulo.

MONTE-MÓR, Roberto Luís 2006. *O que é urbano no mundo contemporâneo*. In Revista Paranaense de Desenvolvimento nº 111, jul-dez 2006. IPARDES, Curitiba.

1994. *Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, Milton, SOUZA, M^a A. de; SILVEIRA, M^a L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucite/Anpur

TAVARES, Laura 2003. *O Desastre Social*, Ed. Record, Rio de Janeiro.

Todo dia o sol da manhã
Vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo
Quem já não o queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia
E a cidade que tem braços abertos
Num cartão postal

Com os punhos fechados da vida real
Lhes nega oportunidades
Mostra a face dura do mal